

EDITORIAL

General
José Luiz Pinto Ramalho



No passado 19 de março, teve lugar a Assembleia Geral da Revista Militar, atividade significativa da nossa vida associativa, que aprovou o Relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2013, assim como o Plano de Atividades para 2014. Foi igualmente reafirmada a concordância dos Sócios com a linha editorial da Revista, assim como a prioridade da sua focalização nos temas e questões que importam à Instituição Militar.

Naquele âmbito, merecem especial atenção a defesa e divulgação dos valores que são pilares e garantia da Instituição Militar e da Condição Militar, assim como a coesão daqueles que constituem esta comunidade, os Militares do ativo, da reserva, da reforma e a Família Militar que, de uma forma breve, se podem sintetizar no sentido do dever e de serviço, na estrutura hierárquica e na disciplina, na solidariedade e camaradagem e, ainda, no espírito de pertença.

Um conjunto de valores em que assentam a eficiência e a eficácia das Forças Armadas, traduzidos no empenhamento no cumprimento da missão mesmo com risco de perdas de vidas, na prática de uma disciplina auto assumida não como um constrangimento, mas sim como um conjunto de regras que definem a cada um, o limite das suas competências, obrigações e dos objectivos a atingir; a coesão, evidenciada em todas as situações, com raízes na tradição, na história, na solidariedade e na camaradagem, na disposição de preservar um passado e de o fazer viver nas realidades do presente.

No momento actual, fruto de uma desinformação sistemática, de uma ausência continuada de uma pedagogia política, quer por partes dessas elites, quer dos próprios Parlamentos, em especial numa situação de crise económica como a que estamos a viver, é natural que a sociedade civil, mostre pouca preocupação pelas questões militares e pelos alertas que da Instituição Militar vêm surgindo; lamentável é que as elites políticas tratem esses mesmos assuntos com superficialidade, muitas vezes com preconceito, ignorando as especificidades militares, optando pelo exercício impossível e perigoso de “adaptar” a realidade a modas e interesses específicos e não formular a estratégia militar

em função da conjuntura.

Como já tive oportunidade de referir, só uma continuada desmobilização social, relativamente às questões de Segurança e Defesa, tem permitido que fossem tomadas pela Tutela, um conjunto de medidas, relativamente à Instituição Militar em geral e às Forças Armadas em particular, apelidadas de reformas, que mais não são do que um exercício contabilístico onde o objectivo é apenas reduzir o Orçamento da Defesa, sem ter em conta o que isso significa para o desempenho estrutural das missões de soberania e defesa atribuídas.

Mas é também um facto que as sociedades têm memória, que a prática das instituições é o melhor argumento para a percepção da sua importância junto dos seus concidadãos, da confiança que lhes merecem e daquilo que podem esperar dela. A recente sondagem publicada pela comunicação social sobre a necessidade e importância das Forças Armadas, em que dois em cada três portugueses discordam da possibilidade da irrelevância das Forças Armadas, constitui um bom instrumento de reflexão e mostra bem a diferença entre a percepção da sociedade sobre esta matéria e a forma como, politicamente, a mesma deve ser tratada.